

Brasil

Reunião em Noronha

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e o presidente da Embratur, Gilson Machado Neto, vão a Fernando de Noronha esta semana para reunião na concessionária EcoNoronha, responsável pela administração das visitas no parque marinho da Ilha.

Presidente criticou taxa

No último final de semana, o presidente Jair Bolsonaro chamou de 'roubo' o custo do ingresso pago por turistas para visitar o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha. O valor da taxa é de R\$ 106 para turistas brasileiros e R\$ 212 para estrangeiros.

TEL: (31) 2101-3919
Editora: Aline Reskalla
aline.reskalla@otempo.com.br
e-mail: brasil@otempo.com.br
Atendimento ao assinante: 2101-3838

Saúde. Ministério suspendeu 19 parcerias que previam produção de medicamentos para atender o SUS

Laboratórios públicos vão à Justiça para manter contratos

Associação do setor estima prejuízo de R\$1 bilhão e risco de desabastecimento

LITZA MATTOS

Os laboratórios públicos que tiveram seus contratos suspensos para produção de 19 medicamentos e uma vacina de distribuição gratuita – Bahiapharma, Bio-manguiños, Tecpar, Funed, Butantan e Furp – deverão recorrer da medida anunciada ontem pelo Ministério da Saúde. A decisão, que também afeta dez fabricantes privados, pode gerar o desabastecimento de remédios contra diabetes, câncer, insuficiência renal crônica, Parkinson e a imunização tetraviral (contra sarampo, rubéola, caxumba e catapora).

O recurso será tanto administrativo quanto judicial, afirmou o presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil, Ronaldo Ferreira Dias. “A decisão foi tomada de forma unilateral, mesmo havendo diversos canais para estabelecer diálogo. Não houve diálogos prévios”, disse, acrescentando que “é quebra de contrato, quebra da confiança que o Brasil tem, inclusive no exterior”.

Associações que representam os laboratórios públicos falam em perda anual de ao menos R\$ 1 bilhão para o setor e risco de desabastecimento - mais de 30 milhões de pa-

cientes dependem desses medicamentos. Em Minas Gerais, a Fundação Ezequiel Dias (Funed) informou que só irá se pronunciar sobre o assunto após reunião com o Ministério da Saúde, que está agendada para hoje. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) também disse que está agendando uma reunião no ministério para tratar do assunto.

A suspensão dos contratos envolvia as chamadas Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDPs). Segundo o ministério, as parcerias estão em fase de suspensão, entre outros motivos, por falta de avanços esperados; por falta de investimento na estrutura; por desacordo com o cronograma; por solicitação de saída do parceiro privado; pelo não enquadramento de um projeto como PDP; por decisão judicial; e, por recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU).

Segundo o Ministério da Saúde, 87 parcerias estão vigentes. Em nota, o governo federal esclareceu que “a fase atual permite que os laboratórios apresentem medidas para reestruturar o cronograma de ações e atividades”. Segundo a pasta, a medida não afeta a população porque os medicamentos estão sendo comprados “por outros meios previstos na lei”.

Em Minas, de acordo com a Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG), “a maior parte dos medicamentos aponta-

ENTENDA AS PDPs

Parcerias de Desenvolvimento Produtivo

O que são

Acordos que transferem a tecnologia das empresas farmacêuticas multinacionais a laboratórios públicos

Início do programa

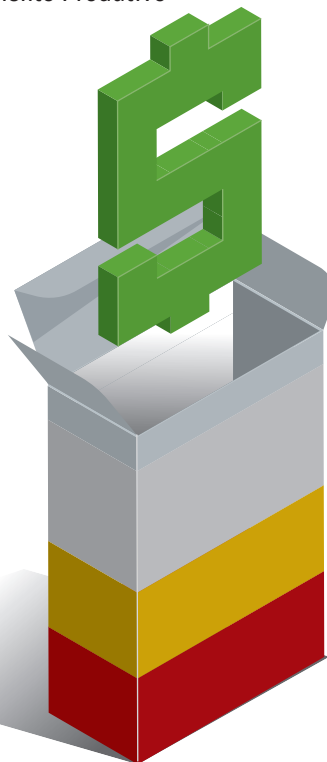
2008

Meta

Que os laboratórios públicos tenham autonomia para produzir e atender toda a demanda do SUS no país, reduzindo as compras

Economia estimada

R\$ 2,8 bilhões/ano



FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE

dos dentro da suspensão encontra-se com estoque abastecido. Mas, caso de dois deles – Gosserrelina implante subcutâneo e Leuprorrelina Pó, cuja responsabilidade de aquisição é da SES – “a interrupção da fabricação pode aumentar o risco de desabastecimento nas unidades”.

“Outro possível impacto pode ser verificado nos custos de aquisição de tais medicamentos”, informou o governo estadual.

DE ONDE VEM A ECONOMIA

O fabricante detentor da patente passa a fornecer o produto para o Brasil e para o laboratório público parceiro com desconto, já que o Ministério da Saúde se compromete a comprar apenas dele durante a vigência do contrato de transferência de tecnologia.

30% menores devem ser os preços dos medicamentos fornecidos na PDPs

87 PDPs estão em funcionamento atualmente no país, segundo o Ministério da Saúde

ETAPAS DE UMA PDP

1

Avaliação e decisão

2

absorção e transferência de tecnologia

3

absorção e transferência de tecnologia com aquisição

4

Internalização

Ministério comprará mais caro, avalia Abrasco

Em reportagem publicada em maio deste ano, o Conselho Nacional de Secretários da Saúde (Conass) alertou que o país vive “a maior crise de sua história” na oferta de remédios para o sistema público de saúde. Na época, a projeção era de que em todo o país, 2 milhões de pacientes dependiam de remédios que estavam em falta ou

que iriam acabar nos próximos dias. Em Minas, a falta de remédios no Sistema Único de Saúde (SUS) colocava em risco mais de 25 mil pessoas.

Na avaliação do vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Reinaldo Guimarães, “a nota do ministério que afirma que a suspensão é temporária

parece frágil”. “Certamente essa suspensão, se for estendida no tempo, terá impacto no fornecimento de medicamentos importantes. Mas acredito que esse impacto será mais financeiro, pois o ministério os comprará – por preços maiores – no mercado internacional”, completa Guimarães. (LM)

Educação. Processo seletivo foi anunciado pela Unilab e foi considerado um avanço para incluir minoria

Bolsonaro manda suspender vestibular para trans

BRASÍLIA. O presidente Jair Bolsonaro anunciou ontem que, após “intervenção” do Ministério da Educação (MEC), foi suspenso um vestibular específico para candidatos transgêneros e intersextuais da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Procurada, a Unilab não havia informado, até o fechamento desta edição, se decidiu pela suspensão e que tipo de intervenção foi feita pelo ministério. A Cons-

tituição brasileira assegura o princípio da autonomia universitária plena, que garante que, independentemente dos governos onde estejam inseridas, o conhecimento vai ter liberdade para ser produzido.

A legislação garante autonomia financeira, administrativa e didático-científica. Na semana passada, a universidade, que é federal, anunciou um edital com 120 vagas em 15 cursos presenciais em três campi –

dois no Ceará e um na Bahia. As inscrições começaram na segunda-feira e iriam até o dia 24.

O lançamento do edital foi visto como um passo importante pela comunidade LGBT, já que as pessoas trans estão entre os grupos com menor inclusão no sistema educacional. No entanto, grupos conservadores e religiosos criticaram a ação. No dia do anúncio do edital, o MEC informou ao “Globo” que “as instituições de ensi-



DIVULGAÇÃO/UNILAB

Universidade lançou vestibular específico para transgêneros

no superior têm autonomia para estabelecer seus próprios mecanismos de acesso”. Após o anúncio do presidente, o jornal “O Estado de S. Paulo” questionou o ministério sobre a intervenção feita e o respeito à autonomia da universidade, mas não obteve resposta. Iniciativas Outras iniciativas para inclusão de pessoas transgêneras em universidades públicas já foram adotadas, mas com menor alcance do que a proposta da Unilab.